



JEAN-YVES MOLLIER

O Partido Comunista Francês e o Livro *Uma História Singular no Espaço Político Nacional*

Jean-Yves Mollier

Université De Versailles Saint-Quentin-en-Yvelines

A priori, poder-se-ia pensar que a vocação natural de um partido político, de direita como de esquerda, seria o de se dotar, um dia, de uma estrutura de propaganda, logo de um aparelho editorial. Ora, quando se faz um escrutínio atento da atitude das organizações políticas de ontem e de hoje em relação a este ponto, percebe-se que nenhum dentre eles, com exceção do Partido Comunista Francês (PCF), vivenciou a necessidade de possuir uma casa editorial e, ainda menos, um grupo editorial que, em 1985, encontrava-se na sétima colocação entre as editoras francesas mais importantes. Mesmo a Seção Francesa da Internacional Socialista (SFIO), a ancestral do PCF, cuja cisão se deu em 1920, não tinha tentado, no momento em que ela combatia a sociedade capitalista que a rodeava, constituir um aparelho editorial digno desse nome, contentando-se em desenvolver sua imprensa, o jornal *L'Humanité* criado por Jean Jaurès em abril de 1904, e suas brochuras de educação política. No que diz respeito às traduções das obras de Karl Marx e Friedrich Engels, julgadas fundamentais para a formação do militante, recorria-se aos intelectuais do Partido, Jules Guesde, Paul Lafargue, Gabriel Deville, e à sua capacidade de encontrar editores « burgueses » que transformariam seus artigos anteriormente publicados em revistas de propaganda em verdadeiros livros.

* Tradução de Marisa Midori Deaecto

Como se pode notar, ao interrogar a relação entre o livro e o PCF, impõe-se, em grande medida, um retorno à questão do livro político e de sua história longa para se compreender porque, em um país como a França, os partidos políticos ou as organizações que os antecederam no século XIX, não desejaram inscrever no rol de suas prioridades a posse de casas editoriais especializadas.

O primeiro artigo da segunda parte do volume intitulado *Edição e Revolução* retrata, dessa maneira, dois séculos de história da França, os quais são examinados sob o ângulo da irrupção « do » político e « da » política na vida da nação e de seus habitantes. Tudo começa, com efeito, quando a Revolução de 1789 irrompe e, face a uma opinião política que se torna, a partir de então, consolidada, os tribunos populares passam a publicar jornais com o objetivo de tornar públicas aos seus simpatizantes suas análises e utilizam estas folhas de informação como uma arma na luta daquele momento. *O Amigo do Povo*, de Marat, *O Pai Duchesne*, de Hébert, conheceram tiragens importantes e eles fizeram desses impressos objetos de leitura em voz alta, nos mercados, entre os soldados e nas vilas. Para além desta primeira forma de material de propaganda, o qual subsistirá até os nossos dias, uma vez que o cotidiano *L'Humanité* continua sendo, em 2014, uma propriedade do PCF, as brochuras cívicas, republicanas e, em seguida, socialistas, apareceram no início do século XIX e tiveram, logo em seguida, um papel preponderante na educação do militante. *A Conspiração dos Iguais*, de Philippe Buonarrotti, por muito tempo atribuída a Babeuf, apareceu em Bruxelas, em 1928, e ela foi seguida por numerosos escritos de pequeno tamanho assinados por Charles Fournier, Etienne Cabet, Victor Considérant, Auguste Blanqui, Flora Tristan e Désirée Gay. O *Manifesto Comunista* de Marx aparecerá seguindo este formato em 1848, antes de fazer seu *tour du monde* e de ser traduzido para quase todas as línguas, chegando, assim, a conferir para a sua brochura um estatuto muito particular na história do comunismo mundial.

Na França, a imprensa socialista conheceu suas horas de glória quando da revolução de 1830, em seguida, da de 1848, antes da Comuna de Paris, de 1871, e as brochuras de educação e de formação não cessaram de acompanhar, a um só tempo, os períodos de sucesso do movimento socialista e seus períodos de refluxo ou de crise. Assim, foi do exílio em Bruxelas que o poeta Victor Hugo enviou para a França os exemplares de seu panfleto *Napoleão, o Pequeno*, destinado a « bombardear Napoleão » antes que os *Communards* perseguidos pela polícia se instalassem em Genebra, onde os encontrará Lênin, após 1905, fazendo de seus jornais

La Pravda (A Verdade) e *L'Iskra (A Sentinela)*, os sucessores dos órgãos socialistas franceses dos anos 1870-1880. Na própria França, o « caso Dreyfus » confirmou o papel excepcional da imprensa no processo de mobilização das massas, ao conferir ao artigo de Émile Zola, publicado em 1898 sob o título *Eu Acuso !...*, a força de uma bomba que teria explodido no coração de uma cidade. *L'Humanité*, de Jaurès, assumirá esta ação, a qual se revelará determinante para a unidade da família socialista, obtida em 1905, data da criação da SFIO, o partido membro da II Internacional, com o mesmo título de Partido Operário Social Democrata da Rússia, o POSDR, que se tornaria bolchevique no início do século XX.

O livro propriamente dito não desempenhava ainda um papel particular na propaganda socialista e nos grandes textos de Marx. Lembremos que o *Manifesto do Partido Comunista, As Lutas de Classe na França, O 18 de Brumário de Luís Napoleão Bonaparte* e, enfim, *A Guerra Civil na França*, são, antes de tudo, artigos posteriormente reunidos em brochuras antes de serem transformados em verdadeiros livros dotados de um aparelho crítico e editados pelas casas editoriais dos partidos comunistas do século XX. Alguns livros haviam sido redigidos por intelectuais *dreyfusards* e difundidos pela casa editorial Stock, em 1898-1900, ou por Jean Jaurès e seus companheiros, por exemplo, *A História da França Socialista*, publicado por Jules Rouff em fascículos de baixo preço antes de serem reunidos em grossos volumes encadernados, porém, eles não conformavam uma reflexão precisa e não ocupavam, no espírito dos dirigentes socialistas da época, uma posição central. A imprensa era considerada como o epicentro da propaganda da II Internacional e cada partido nacional fora convidado a criar seus quotidianos e revistas, os quais eram encarregados de educar as massas e de preparar a revolução em curso. Isto explica porque a III Internacional, nascida dos escombros de sua precedente, em 1919, em Moscou, teria colocado, imediatamente, a questão da *agit-prop* no centro de suas recomendações. A agitação entre as massas exigia a mobilização dos meios de propaganda adaptados ao grau de alfabetização ou de analfabetismo das populações, enquanto que a propaganda visava aos militantes já experimentados ou em vias de assim se tornarem.

Para tratar desta questão fundamental e da radicalidade da posição comunista em relação à herança socialista, o capítulo de Serge Wolikoff sobre a « História do livro e da edição no mundo comunista » é precioso, pois ele levanta todos os elementos de informação necessários para a compreensão desta inovação. Porque o movimento comunista se queria

centralizado e reagrupado em torno de uma organização mundial à qual deveriam se submeter todos os partidos nacionais, não era mais possível deixar para cada uma das seções do Komintern a decisão livre sobre sua propaganda. Equipes de tradutores e de instrutores foram organizadas em Moscou, encarregadas de prover os partidos locais com artigos e as seções – o PCB ou o PCF, mas também o DKP alemão ou o PCI italiano – deveriam se empenhar em corrigir seu amadorismo e substituí-lo por uma visão quase científica ou militar da informação e da propaganda. Um programa mundial de edição foi posto em prática, privilegiando os grandes textos de Marx ou de Lênin, *O que fazer?*, notadamente, mas também *Os Dez Dias que Abalaram o Mundo* do jornalista americano John Reed ou os escritos de Bakounine, Zinoviev ou Radek, explicando o contexto político e econômico de seus anos de comunismo em um só país. *Os Princípios do Leninismo de Stálin* se inserem neste circuito após 1928, antes que o *Manual de História do Partido Comunista (bolchevique) da Rússia* se torne, em 1938, uma espécie de guia para as revoluções que estão por vir.

Na França, como em outros países, vimos nascer editoras, Librairie de l'Humanité, depois Éditions Sociales Internationales (ESI), as quais seguiam a um só tempo o programa fixado em Moscou e tentavam adaptá-lo, com seus altos e baixos, à realidade nacional com a qual elas se confrontavam. *Filhos do Povo*, de Maurice Thorez, na verdade, redigido por um coletivo de intelectuais e de jornalistas do PCF, augurava-se, em 1937, o símbolo da apropriação do passado nacional, no contexto da Frente Popular. Todavia, escritores comunistas como Louis Aragon, Paul Nizan ou André Malraux – então fiel companheiro de estrada do Partido – confiam às editoras « burguesas » seus escritos ficcionais, e *Os Sinos de Bâle*, *Aden Arabie* ou *A Esperança* fazem o sucesso dos selos Denoël, Grasset ou Gallimard. O PCF se ocupa com muito cuidado da tradução das obras de Marx e de Engels, da difusão das obras editadas pela Internacional, porém, ele continua a privilegiar as brochuras, as quais são mais acessíveis aos militantes, devido ao seu preço, seu formato, à qualidade medíocre do papel, enfim, em virtude de todo o paratexto que permite reconhecer imediatamente a brochura e de a distinguir do livro, julgado ainda um produto destinado a um público mais rebuscado, mesmo quando o PCF impõe aos seus partidários a obrigação de ler, de se cultivar, de conhecer o passado de seu país, de seu patrimônio, de seus artistas, de sua cultura. Nesse sentido, a reflexão em matéria de livro e de cultura faz dos partidos comunistas uma sorte de exceção na vida política, já que os partidos de esquerda e de direita não atribuem uma importância tão grande a esta questão.

Na Segunda Guerra, quando o PCF se vê na clandestinidade por causa da resistência à ocupação nazista, ele inventa a « literatura de contrabando », ou seja, uma forma engenhosa de usar poemas e escritos antigos que se tornam palimpsestos com duplo sentido, com uma parte aparente destinada aos censores oficiais e a outra oculta, insuflando o espírito de revolta, o que faz com que as editoras comunistas se ocupem bastante com a literatura. Os editores comunistas se lançam, então, a uma ofensiva sem precedentes com a criação dos Editores Franceses Reunidos, para a poesia e a ficção, da Farândola, para a literatura jovem, e do Círculo de Arte, para a pintura e a escultura. Um instrumento de difusão particularmente adaptado – o CDLP – e uma rede que contará com até 70 livrarias distribuídas por todo o território, como o demonstram Marie-Cécile Bouju e Julien Hage, autores dos dois artigos que estudam as editoras do PCF, de 1920 a 1968 e de 1944 a 2000, respectivamente, são também eles responsáveis pelo nascimento de uma cultura comunista capaz de irrigar toda a sociedade. Duas « batalhas do livro » serão, de fato, lançadas no início dos anos de 1950 para insuflar nos militantes o desejo de se dotar de uma autêntica cultura, a um só tempo nacional e proletária, e mais, nenhuma reunião organizada pelo PCF se realizará sem que na entrada e na saída da sala uma « mesa de literatura » venha propor aos assistentes as obras de Maurice Thorez ou de Marx, os romances de Aragon ou de Elsa Triolet, os estudos históricos de Albert Soboul ou os escritos filosóficos de Roger Garaudy.

A partir do final dos anos de 1960, o PCF precisou gerenciar a concorrência, na extrema esquerda, os movimentos trotskistas e maoístas, os quais, inspirados por seu irmão mais velho, colocarão como ponto de honra a posse de suas próprias editoras, de sua imprensa, de suas brochuras de propaganda e das *Obras Completas* de Léon Trotsky ou do presidente Mao e, nesse exato momento, surge um editor militante, François Maspero, muito ligado a Cuba, à Tricontinental e fortemente ligado à juventude inspirada por Che Guevara. Absolutamente original na paisagem editorial francesa, pois, em nenhum momento, nem o Partido Socialista de Léo Blum, ou de François Mitterrand, nem os partidos autoproclamados « gaulistas », o RPF, a UNR, a UDR, logo o RPR de Jacques Chirac, nenhum deles tentará uma ofensiva em direção à frente do livro, situação esta que tendia a se agudizar após a queda do muro de Berlim e desaparecer no início dos anos de 1990, com o recuo do livro político. As Edições Sociais, através da coleção « Clássicos do Povo », possibilitaram a leitura aos militantes, mas também

aos estudantes que não dispunham de grandes textos dos filósofos das Luzes e, tampouco, dos pensadores socialistas do século XIX, enquanto que a EFR e a La Farandole tornavam públicas as literaturas soviéticas, alemãs, húngaras, tchecas e romenas. O CDLP havia publicado uma notável *História literária da França*, em doze grossos volumes, uma não menos notável *História da França Contemporânea*, além das *Imagens da Revolução Francesa*, seguidas de uma história da Resistência e de uma outra da Guerra na Espanha, sinal evidente da vontade política e cultural de ocupar um espaço que o teórico Gramsci tinha fixado como uma tarefa de conquista, por parte das organizações comunistas, se elas quisessem, um dia, tomar o poder.

Ainda que o ‘livro político’ não tivesse em momento algum o domínio exclusivo sobre as editoras de orientação marxista ou comunista, na França, ele foi objeto de atenção de suas correntes durante todo o século XX, que justificava um estudo aprofundado, o qual se vê reunido, neste livro, através dos quatro capítulos que respondem, na segunda parte do volume, aos outros quatro estudos consagrados ao Partido Comunista Brasileiro, na primeira parte, e à sua atitude em relação ao livro.

Para além do aspecto estritamente político da atividade de suas casas editoriais, o que chama a atenção do pesquisador e solicita a sua curiosidade é, evidentemente, a sua relação simbólica com o “objeto livro” mantido por estes militantes que souberam e quiseram se dotar de uma cultura autêntica visando à universalidade. Sectários em muitos aspectos, capazes da mais escandalosa má fé, no momento em que eles apagam de suas fotografias oficiais os antigos companheiros culpados por terem traído sua causa, eles estabelecem com o saber, com o patrimônio e com a cultura uma relação que faz do livro um instrumento por excelência da promoção e da competência. Os cursos dos partidos comunistas, de uma semana, de um mês, de quatro meses, ou mesmo de um ano na França, ou suas universidades populares, foram uma realidade frequentemente invejada pelos grandes escritores não-comunistas, a exemplo de André Gide na França, e se, após a publicação de *O Arquipélago do Goulag*, em 1974, houve uma tendência a esquecer esta contribuição original para a educação das massas, um estudo como este, o qual foi conduzido em parceria com Marisa Midori e com os autores que aceitaram nosso convite, deveria permitir uma melhor compreensão das diversas vias que conduziram os homens na construção de uma cultura crítica e libertadora.